

Manifesto de religiosas e religiosos em defesa da democracia

“Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”. Artigo 1ª da Declaração Universal de Direitos Humanos.

Pertencemos a várias tradições religiosas. Queremos, com o nosso testemunho, contribuir para o diálogo e para a superação da crise pela qual passam o Brasil e diversos países da América Latina. Em nossas tradições a justiça é sagrada e sustenta a vida em igualdade. Os princípios que nos orientam não admitem que a avaliação de um grupo social se sobreponha ao outro, determinando, a partir de seus critérios e interesses, se um governo é bom ou ruim. Todos somos filhas e filhos do Criador. Por isso, todas as pessoas são portadoras dos mesmos direitos de avaliação e as mesmas obrigações com o bem comum e o bem viver.

Neste contexto de aflições, expressamos uma palavra de conforto e fortalecimento para irmãs e irmãos, companheiras e companheiros que vivem o seu testemunho em coerência com o projeto de igualdade e justiça. Colocamo-nos em comunhão com todas as pessoas perseguidas por causa do seu compromisso pela paz, pela justiça social e por um novo mundo possível. Por isso, afirmamos:

1º - Aprendemos pela fé que toda crise acarreta sofrimento, mas pode também ser como dores de parto, portadora de uma vida nova. Que essa experiência de dor nos ajude a rever os erros cometidos pelas instituições e poderes constituídos e por nós mesmos. Como pessoas de diferentes tradições religiosas, nem sempre cumprimos a missão de permanecer vigilantes para cuidar do exercício da Política e de seu papel de garantir direitos e promover o bem comum.

Que esse tempo nos encoraje para as autocríticas necessárias. Não nos deixemos tomar pelo desânimo e pessimismo. Repudiamos as manifestações de ódio, violência e intolerância que os meios de comunicação e a elite desse país têm insuflado na população. Não concordamos com a judicialização da política, com a partidarização da justiça e com a espetacularização de ações judiciais. Essas são práticas que contribuem para o descrédito das instituições e o acirramento de posições polarizadas, o que leva a população brasileira a desacreditar na justiça. Não podemos entrar no mesmo jogo. Optamos por manter o respeito a quem pensa diferente. Defendemos o direito ao pluralismo democrático e ao contraditório. Sejam fiéis ao diálogo sincero, mesmo com quem tem posições políticas contrárias às nossas.

2 – Lembramos que a corrupção, infelizmente, é antiga. Ela é inerente ao espírito do capitalismo, competitivo e individualista. Devemos nos empenhar para a superação dessa prática, nas esferas pública, empresarial e pessoal. Mas o combate à corrupção não pode ser um pretexto, como em diversas vezes na história do Brasil, para legitimar golpes de Estado que acarretaram perseguições e sofrimento para o povo.

3 – Reconhecemos que, além das causas oriundas de situações que são da realidade nacional, há sinais claros de interferências e patrocínios, oriundos de interesses internacionais. Esses interesses visam desestabilizar nossos países, quando nossas nações buscam independência política e econômica. Portanto, o que está acontecendo no Brasil não pode ser desligado das intervenções golpistas como as que aconteceram em Honduras e no Paraguai. Na Argentina, decisões judiciais a serviço dos interesses de corporações internacionais acarretaram prejuízos graves para aquele

país. Vemos também a realidade brasileira ligada às tentativas de desestabilizar os governos da Bolívia, Venezuela, Equador e outros do continente.

Expressamos o nosso compromisso com as pessoas vulneráveis: povos indígenas, quilombolas, da floresta, mulheres, jovens negros e da periferia, LGBTTs, idosos, idosas entre outros que poderão ser profundamente impactados com os ajustes econômicos e com a ruptura da ordem democrática e do Estado de Direito.

A democracia é essencial para a convivência e a coexistência entre diferentes religiões, grupos e pessoas não religiosos. Por isso, permaneceremos vigilantes. É com a democracia que aprendemos a ser tolerantes com o outro. No entanto, nossas experiências de fé nos desafiam a irmos para além. Devemos caminhar em direção ao reconhecimento do direito do outro à existência.

Vamos fortalecer o diálogo e anunciar a paz!

24 de março de 2016. Dia Internacional
para o Direito à Verdade e 36º ano do
martírio de Oscar Romero.

Assinam: